



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 1660/13	DATA: 10/10/2013
INÍCIO: 09h46min	TÉRMINO: 11h36min	DURAÇÃO: 01h50min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h50min	PÁGINAS: 45	QUARTOS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ELIAS MATTAR ASSAD - Presidente da Associação dos Advogados Criminalistas do Paraná. ARISTÉIA MORAES RAU - Representante do Movimento Nacional das Crianças "Inadotáveis". JOICE HASSELMANN - Jornalista. JEFFERSON LUIS BIANCOLINI - Advogado. MARIA RIVONETE SANTOS - Mãe de crianças entregues à adoção internacional em São João do Triunfo, Paraná, objeto de investigação. LUÍS VALDIR SANTOS - Filho de Maria Rivonete Santos. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - Pai de crianças entregues à adoção internacional em São João do Triunfo, Paraná, objeto de investigação. MESAEL CAETANO DOS SANTOS - Advogado. ALINE MANZATTO - Delegada de Polícia do Núcleo de Proteção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência.

SUMÁRIO: Audiência pública com o objetivo de colher depoimentos sobre o processo de adoção no Estado do Paraná.

OBSERVAÇÕES
Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Houve expressões fora do microfone. Ininteligíveis. Houve expressões fora do microfone. Inaudíveis. Houve expressões e palavras ininteligíveis. Há orador não identificado em breve intervenção. Há uso de termo chulo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia. Vamos dar início aqui aos nossos trabalhos.

Eu queria, cumprindo aqui o nosso Regimento Interno, declarar aberta a 72ª reunião da CPI do Tráfico de Pessoas, destinada a investigar o tráfico humano no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Esta audiência pública tem por objetivo, evidentemente, ouvir todos aqueles que queiram se manifestar trazendo algum elemento novo acerca do tema em geral. Portanto, se houver novas denúncias, evidentemente, nós estamos aqui para acolhê-las e recepcioná-las.

Vamos ouvir algumas pessoas que já estão relacionadas a casos que a CPI vem investigando aqui no Paraná. E, mais especificamente, o nosso objetivo aqui é tentar buscar alguns esclarecimentos acerca das investigações de casos que foram colhidos aqui na última audiência que tivemos há alguns meses e que não foram suficientemente esclarecidos ao olhar da nossa CPI.

Portanto, são hiatos, são vácuos, lacunas que estão ainda imprecisas ou não definidas ou não suficientemente definidas e que merecem este trabalho, vamos dizer assim, complementar, para que possamos, então, fechar os casos e chegar a uma conclusão e, se for o caso, pedir o indiciamento e o rigor na punição daqueles que a CPI considere responsáveis por práticas criminosas ou por indícios de prática criminosa. Esse é o papel constitucional da Comissão Parlamentar de Inquérito, e nós não vamos nos arredar dessa missão.

Além desta audiência pública hoje aqui, nós estaremos, pela parte da tarde, em audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná também solicitando informações que já tinham sido solicitadas ao Tribunal de Justiça do Paraná, e até agora apenas o silêncio constou dessa relação. Esperamos que esse silêncio ruidoso seja quebrado no dia de hoje.

Teremos uma audiência também com o Desembargador, Coordenador do CEJA — Comissão Estadual Judiciária de Adoção aqui do Paraná, a quem também solicitamos uma série de informações que até hoje não foram repassadas à CPI. Nós esperamos que esse silêncio ruidoso seja quebrado também hoje com as informações por nós desejadas ou, pelo menos, comprometidas a serem prestadas,



ainda que não seja hoje, num futuro breve, para que possamos então concluir esses hiatos que ainda estão sem repostas no caso em particular que envolvem a ONG Limiar, que é, talvez, um dos principais casos de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dito isso, nós estávamos ainda aguardando um dos membros da nossa CPI, que é aqui do Estado, o Deputado Fernando Francischini. Mas, pelo adiantado da hora, nós vamos iniciar os trabalhos. Estou aqui eu, Deputado Arnaldo Jordy, que presido, por hora, esta CPI, e o Deputado Luiz Couto, que é Vice-Presidente desta Comissão e que vai nos ajudar aqui na condução dos trabalhos.

Eu queria registrar a presença do Sr. Elias Mattar Assad, da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas; da Sra. Aristéia Rau e do Sr. Alberto Rau, em nome do MONACI — Movimento Nacional das Crianças “Inadotáveis”; do Sr. Antônio Everaldo Santos e da Sra. Maria Rivonete, que são pais das crianças do caso lá de São João do Triunfo, e do Sr. Luis Valdir Santos, que é irmão; e da Sra. Aline Manzatto, que é Delegada de Polícia do Núcleo de Proteção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, que representa aqui o Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. Cid Vasques.

Eu queria registrar também a presença da Sra. Maria Jandira Schoel, que é mãe e que perdeu o pátrio poder, por decisão judicial, do seu filho. Eu acho que estive também na outra audiência da CPI, ou não? Estive na audiência que nós fizemos da outra vez aqui também. *(Pausa.)*

Bom, nós vamos então, agora, facultar a palavra a todos que queiram, independentemente de quem está aqui representando, a todas as pessoas que queiram aqui falar. A audiência é pública. Nós procuramos ao máximo quebrar as formalidades, para que esta audiência seja a mais fértil possível. Nós vamos franquear a palavra àqueles que queiram fazer uso. A gente pede apenas que as pessoas possam fazer a identificação do nome, da representação, porque esta audiência está sendo toda ela gravada, taquigrafada, e vai para a *net* também no *site* da Câmara dos Deputados, no *site* da CPI, no e-Democracia. E a gente pede que as pessoas que se manifestem... Podem ocupar aqui também as dependências internas aqui, não tem nenhum problema. Apenas vou pedir que as pessoas façam a



identificação por conta do registro taquigráfico e das gravações que estão sendo feitas pela nossa Assessoria. *(Pausa.)*

Pois não. *(Pausa.)*

Tem que manter aqui ligado?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu fui autorizado a apertar o verde só aqui. Disseram que, se eu apertar o outro, explode tudo aqui. *(Pausa.)*

O SR. ELIAS MATTAR ASSAD - Exmo. Sr. Deputado Arnaldo Jordy, é uma honra estar em tão augusta Assembleia, com tão nobres objetivos.

Eu sou do Paraná. Meu nome é Elias Mattar Assad, advogado. Eu presidi até 2 semanas atrás, quando passei a Presidência, a Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas. O meu sucessor é o anterior Presidente da OAB de São Paulo, Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso, que a assumiu numa solenidade aqui em Curitiba há 2 semanas.

A preocupação dos advogados criminalistas, Sr. Presidente, é com relação ao não cumprimento das leis nacionais por parte das autoridades públicas, inclusive judiciárias, e me refiro aqui, em especial, ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para dar um dado objetivo, o Estatuto já fez 21 anos, coincidentemente, a idade da maioridade pelo antigo Código Civil, maioridade plena. Agora é com 18. Mas com essa maioridade, Sr. Presidente, nós pudemos observar uma curiosidade: se fosse aplicado efetivamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, nós não teríamos mais menores nas ruas, nós não teríamos mais menores desassistidos. Por quê? Porque um dos instrumentos processuais de lei material e de lei processual mais atualizados e aprimorados do mundo é o nosso Estatuto, que confere proteção integral à criança.

Nós estamos com uma situação surreal. O Estatuto determina algumas providências, entre elas, por exemplo, que a falta de recursos da família não é impeditivo para que a criança continue sob o convívio, sob a tutela da família, enfim. Nós somos um País pródigo em leis, mas nós não somos pródigos em cumprimento das leis.

O problema que nós trazemos ao senhor hoje é que, digamos que, passo a passo, Sr. Deputado Arnaldo, uma criança é encontrada agora, neste minuto, na



praça central de Curitiba, uma criança de 3 anos de idade, abandonada. Passo a passo, o que acontece com ela? Ela é levada para onde? Por quem? É entregue onde? Para quem? Quais são os métodos para que ela possa ser acolhida em uma família ou retornar para a própria ou ir para uma outra família?

Aqui, nós temos um problema seríssimo. Nós temos uma entidade chamada MONACI — Movimento Nacional das Crianças “Inadotáveis”, que a Dra. Aristéia representa. Ou seja, nós temos duas filas, Sr. Presidente: uma fila de famílias que querem adotar e outra fila de crianças que precisam de adoção, entre elas, crianças com paralisia cerebral, por exemplo, crianças com vírus HIV, e entre elas também as chamadas inadotáveis.

O que é criança inadotável? E já, daqui, passando a palavra para a Dra. Aristéia. Criança inadotável é aquela que cai num limbo jurídico. Eu faço aqui um paralelo com o casamento: para uma pessoa poder casar novamente, tem de se divorciar; então, para que uma criança possa ser adotada, ela tem que romper os laços jurídicos, o vínculo jurídico, com a família de origem.

Então, nós temos que, nesse passo a passo do exemplo da criança abandonada, um Juiz da Vara da Infância, que tem que, primeiro, destituir o poder familiar para, depois, colocar a criança numa fila de adoção, numa lista de adoção. Aqui em Curitiba nós temos casos, que vão ser retratados pela Aristéia, de crianças que passaram a infância e a adolescência nos abrigos e que ficaram maiores de idade nos abrigos e tiveram de sair, sair para o nada. E, aí, ela sai sem nenhum contato com o mundo exterior e tem os problemas maiores.

Então, nós estamos trazendo aqui o que nós estamos lançando nacionalmente, e vai começar amanhã: todo dia anterior ao Dia da Criança — Dia da Criança, dia 12 de outubro, com grande apelo comercial —, todo dia 11 de outubro nós vamos lançar, Sr. Presidente, e pedimos o apoio, o Dia Nacional de Reflexão pelo Cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. É um dia nacional de reflexão, para ver se estamos cumprindo. Ou seja, por que um dia antes do Dia da Criança? Porque o Dia da Criança evidencia a alegria daqueles que têm, daqueles que podem celebrar a vida e a família, e estarem com família. O Dia Nacional da Reflexão será um dia antes do Dia da Criança justamente para contrastar, para lembrarmos aquelas crianças que estão nos abrigos do abandono, crianças



inadotáveis, crianças portadoras do vírus HIV, crianças que estão em abrigos em situação irregular.

Então, é a comunicação a V.Exa., de cunho nobre, talvez tão nobre quanto a questão do tráfico internacional, porque nós cremos que a origem de tudo está no esfacelamento da família daquela criança e na migração dela para um abrigo e, depois, na migração dela para o seio da própria família, ou uma família, digamos, substituta, ou uma nova família por adoção. Aí está todo o problema, inclusive com adoções internacionais.

Para encerrar, pegamos por adoção um animalzinho, por exemplo — um exemplo precário aqui —, mas a ONG, que nenhuma verba do Governo tem, entrega o animal e vai a casa ver se o bichinho está tendo vacinação, se está sendo bem tratado, se está sendo acolhido. Há, então, essa preocupação com os animais. Agora, com os seres humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente já resolveu, sob o prisma legislativo.

Hoje, a implementação... Nós temos que lutar muito para que o Estatuto seja, Sr. Presidente, cumprido, nem que, para tanto, tenhamos que acionar o CNJ, tenhamos que ir a todas as instâncias, porque nós somos um País pródigo em leis boas, mas no momento do cumprimento parece que a lei não existe, ou é deixada de lado.

Eu tomo a liberdade de passar, porque é o mesmo tema, a palavra para a Dra. Aristéia.

A SRA. ARISTÉIA MORAES RAU - Bom dia, Sr. Deputado Arnaldo. O meu nome é Aristéia Moraes Rau. Eu exerço minhas funções de servidora pública no TRT da 9ª Região, a qualidade de Assessora do Desembargador Luiz Celso Napp.

O MONACI — Movimento Nacional das Crianças “Inadotáveis” nasceu, excelência, da nossa frustração, não nossa, de quatro meninas portadoras de HIV que estavam abrigadas desde que nasceram em uma instituição de Curitiba, que é verdadeiramente uma prisão, que se chama ACOA — Associação Curitibana dos Órfãos da AIDS. Agora, ela mudou de nome, porque nós estivemos em Brasília, em 2011, pedindo à Secretária de Direitos Humanos, Maria do Rosário, que essa instituição não tivesse o nome de Associação Curitibana dos Órfãos da AIDS.



Entrando na fila de adoção, em 2010, conhecemos essas meninas portadoras de HIV, que não eram irmãs e que estavam abrigadas desde que nasceram, com 4, 8, 10 e 13 anos. A menina de 13 anos, quando ela tinha 5, a irmã foi dada em adoção para um casal estrangeiro, e ela continua abrigada, e continua abrigada, tendo o processo de destituição familiar concluído apenas em meados de julho do ano passado, ainda que em 2010 nós, a nossa família, a família Rau, tivesse se apresentado para que essas adoções ocorressem. Infelizmente, o que eu posso declarar ao senhor é o seguinte: nunca fomos recebidos pela Juíza da 2ª Vara da Infância de Curitiba. É uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - 2010. Desde quando vocês...

A SRA. ARISTÉIA MORAES RAU - Em 2010, nós entramos na fila e queríamos uma adoção especialíssima, porque as adoções especiais... O Estatuto da Criança e do Adolescente permite, através do art. 154, que a guarda provisória seja dada inclusive de imediato porque seriam adoções especiais. Mas, infelizmente, como eu estou contando para o senhor, nós tivemos apenas o direito de visita, e, depois de 4 meses do direito de visita, essas visitas foram suprimidas, excelência. E as crianças continuam abrigadas.

Fundamos o MONACI, que é um movimento. Hoje, nós estamos com quase 86 mil acessos nesse sítio da Internet, trazendo denúncias dos casais que estão na fila, amargando de 5 a 10 anos, à espera de uma criança.

O que nós estamos querendo expor nesta Comissão, nesta Comissão que é muito importante para a sociedade curitibana e do Brasil, é que os processos de destituição do poder familiar devem ser feitos com cuidado, porque a pobreza não pode ser motivo de destituição do poder familiar, mas o abandono material e afetivo e psicológico de uma criança deve justificar. E mesmo a colocação na família extensa, excelência, não pode durar a eternidade que o Poder Judiciário está impondo a essas crianças, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que o abrigo deve ser, no máximo, de 2 anos.

Então, nós estamos aqui, excelência, com este movimento, que estará amanhã na frente da Vara da Infância e da Juventude — nós que, mais uma vez, estamos em frente à vara —, pedindo a adoção de uma das meninas, porque, em



razão da negativa de Curitiba, nós nos dirigimos à cidade do Rio de Janeiro, e, em setembro de 2011, pegamos a guarda imediata de dois irmãos, o Mateus, com 14 anos, e a Daniele, com 10, que estavam abrigados há 7 anos. E a juíza Mônica Labuto, do Rio de Janeiro, reconheceu que havia sido cometido um erro judiciário em relação àquelas crianças, porque elas perderam, da vida, 7 anos.

E amanhã, nós estaremos apresentando vários depoimentos de jovens que se encontram abrigados na cidade de Curitiba, na APAV — Associação Paranaense Alegria de Viver, cuja Presidente, Maria Rita Teixeira, não teve coragem de colocar as crianças na rua depois que elas completaram 18 anos, elas, que nunca tiveram a oportunidade de entrar na fila da adoção.

Nós estamos entrando com ações de indenização contra o Estado brasileiro e, se for preciso, nós vamos levar essa situação à Corte Interamericana de Direitos Humanos, porque nós temos o Estatuto violado, porque o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que a criança é prioridade absoluta do Estado e da sociedade. E, infelizmente, nós não estamos vendo isso. Nós não temos políticas estaduais e políticas municipais adequadas ao atendimento do interesse dessas crianças e das crianças que estão, infelizmente, muitas vezes sofrendo abuso dentro da nossa cidade, e não têm para onde serem levadas.

Então, nós estamos aqui apresentando, excelência, um rol. E o senhor falou que o Tribunal de Justiça do Paraná não lhe deu resposta, nós já apresentamos por duas vezes requerimento, com base na Lei de Acesso à Informação, e até hoje nós não tivemos resposta adequada. Porque eu quero dizer para os senhores o seguinte, que o Cadastro Nacional de Adoção não reflete o número real de crianças que estão abrigadas no Brasil, porque, em 2008, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada apresentou uma pesquisa que foi realizada junto às instituições que recebem verba federal, e eram 80 mil crianças abrigadas no País. E agora...

O SR. ELIAS MATTAR ASSAD - Só uma observação: para preso em penitenciária tem mutirão carcerário, reúnem-se entidades, faculdades; agora, para criança nessa situação não há mutirão algum. As varas tinham que ter plantão ininterrupto e mutirões para auxiliar o Judiciário a resolver esse problema.

A SRA. ARISTÉIA MORAES RAU - Então, nós não recebemos informação. O Cadastro Nacional de Adoção... Então, o que nós estamos vendo é o seguinte:



dizem que as adoções não saem por culpa do perfil dos casais. Nós queríamos adotar quatro crianças portadoras de HIV. A nossa casa estava aberta. Eu sou uma pessoa conhecida dentro da sociedade curitibana. Fazemos trabalhos voluntários há praticamente 25 anos aqui em Curitiba, fazemos parte de várias instituições de apoio à criança, e nunca tivemos a possibilidade de ter um contato com a juíza da vara. Isso é um crime!

Como diz hoje o Dr. Gilberto Giacoia... E, felizmente, com a mudança de chefia do Ministério Público, nós estamos tendo agora um respaldo daquela instituição. Porque é uma calamidade a atuação do Ministério Público em relação à criança. Ele, que é o curador do interesse de incapazes, não faz absolutamente nada até hoje em favor da criança que está em Curitiba.

Nós não podemos esquecer que nós temos, em Curitiba, apesar de eles não estarem querendo afirmar isso mais, 1.500 crianças abrigadas, com 600 casais na fila de adoção. E, quando nos perguntam se nós somos ansiosos pela adoção, toda mãe é ansiosa. E hoje eu sou uma mãe ferida, porque as minhas filhas continuam abrigadas. E eu estou tentando lutar por uma delas, por uma delas, que está completando 11 anos no dia 4 de janeiro, e não está comigo porque, infelizmente, nós temos um Judiciário incompetente, irresponsável e insensível!

Então, nós estamos apresentando, excelência, as nossas reivindicações, que são poucas, seis reivindicações: levantamento de quantas crianças estão abrigadas no Brasil; quanto tempo estão abrigadas; situação processual em que elas se encontram...

Na impossibilidade de retorno à família de origem, questão que deveria ser solucionada em um prazo razoável, e não ficar dando a desculpa que a criança está lá, no abrigo, esperando um tio há 10 anos! Isso é justo com a criança? Posso entrar na fila de adoção pelas regras naturais do Estatuto da Criança e do Adolescente, com prioridade absoluta das adoções necessárias ou dos inadotáveis, porque o Judiciário e o próprio Estatuto — e a doutora vai me confirmar — preveem que as adoções especiais deveriam ter prioridade. E nós queríamos uma adoção especial.

Eu não fui, como o Judiciário diz na imprensa, pegar um bebê de olhos azuis e de até 2 anos de idade. Eu queria quatro crianças, que vão ter um futuro diferente, porque eu nunca vou abandoná-las, ainda que o Judiciário não nos dê essas



crianças. Nós estaremos aguardando na frente da instituição de abrigamento quando elas puderem sair.

Nós queremos um mutirão judiciário, como disse o Dr. Elias. Nós temos na Justiça do Trabalho mutirão de conciliação; nós temos na Justiça Comum, na área penal, mutirão para resolver a questão do preso; e, na criança, a criança não tem voz. Como diz o Dr. Elias com muita propriedade, a criança tem uma parede que esconde ela da sociedade. E a visão que todos nós temos é de que a criança abrigada tem todos os seus interesses atendidos. Isso não é verdadeiro, porque ninguém consegue se desenvolver de forma normal fora do seio de uma família. A instituição de abrigamento...

O próprio Estatuto diz claramente, o prazo legal deve ser cumprido, e o prazo máximo de abrigamento é de 2 anos. Que toda criança tivesse um defensor público. O nosso Estado é vergonhoso! Foi um dos últimos Estados nacionais a criar a Defensoria Pública, e as crianças... Como não tem defensor público, fica lá o processo, quando existe processo! Porque nós temos crianças dentro do Brasil, está na APAV, eu tenho o depoimento dessa menina, que completou, Dr. Elias, 18 anos e teve o processo aberto quando ela completou 17.

O SR. ELIAS MATTAR ASSAD - Mas parece que o art. 81 do Estatuto prevê que tenha a criança um defensor público acompanhando caso a caso. E o prazo máximo de abrigamento, sem destituição do poder familiar, é de 120 dias pelo Estatuto. Isso não está sendo...

A SRA. ARISTÉIA MORAES RAU - Campanha nacional em favor da adoção. Fala-se neste País que ninguém quer adotar criança especial. Qual é a campanha que é feita? Todo mundo quer apresentar projeto para ter o nome embaixo, mas ninguém põe em prática. Nós precisamos... Nós precisamos de uma campanha de esclarecimento. Excelências, nós estamos à disposição. Nós somos sociedade civil e não estamos aqui para destruir, nós estamos fazendo críticas, ainda que duras, mas construtivas, porque nós queremos estar à disposição do Poder Judiciário. Somos da área jurídica, faríamos uma campanha nacional para que se apresentasse e a gente conseguisse resolver essas situações.

Respeito, excelência, aos pretendentes à adoção. Eu não soltei a minha audiência, porque depois, excelência, que nós entramos com o pedido de adoção de



uma das meninas mais uma vez, nós fomos ouvidos por interferência da Corregedoria do TJ do Paraná, senão a juíza não iria nos ouvir. Pasmem! E a minha audiência eu tenho gravada. Eu vou levar isso. Eu, quando puder, vou mostrar para vocês. A minha audiência foi pior do que a do Fernandinho Beira-Mar: eu fui destrutada pela juíza que fez a audiência; foi uma audiência conduzida, sem nenhuma imparcialidade, querendo dizer para toda a sociedade que nós é que devolvemos as crianças. Vocês não têm ideia! Eles disseram para as meninas que nós é que devolvemos elas.

Então, vocês vejam o ônus psicológico que essas crianças estão sofrendo porque as pessoas que exercem cargo público querem esconder a sua incompetência e a sua omissão.

Então, excelência, nós queremos respeito, respeito pela equipe técnica e, principalmente, pelo magistrado. O juiz não pode esquecer que ele exerce uma função pública, certo? E é isso. E apoio e fiscalização nas entidades de acolhimento, que nós não temos nenhuma.

É isso, excelência.

Muito obrigada.

O SR. ELIAS MATTAR ASSAD - Quero fazer um agradecimento, dizer também que o Estatuto foi tão amplo que ele disse que é dever da União, Estados, Municípios e da sociedade e da Justiça. O que acontece? Parece-me aqui, mal comparando com os animais ainda, que cachorro que tem dois donos morre de fome, dizem aqui no Sul, porque um dono pensa que o outro está alimentando, e nenhum está. A União parece que pensa que o Estado está cumprindo; o Estado pensa que o Município; os três pensam que a Justiça; e, no fundo, talvez um esteja delegando para o outro. Então a definição de competências e cobranças é muito importante.

Muito obrigado, Exmo. Deputado Arnaldo Jordy, pela oportunidade que o senhor nos deu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Elias e Sra. Aristéia.

Só uma curiosidade. A senhora está em processo de requisição de adoção de três crianças? Eu entendi...



A SRA. ARISTÉIA MORAES RAU - Não. Veja bem, doutor, em 2010 nós queríamos as quatro meninas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quatro.

A SRA. ARISTÉIA MORAES RAU - Infelizmente, nós começamos o movimento, e esse movimento tem-nos desgastado bastante. Nós tivemos alguns problemas de saúde em relação a essa questão. O senhor há de convir: nós tivemos um ônus emocional muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu imagino.

A SRA. ARISTÉIA MORAES RAU - Da mesma forma que as crianças tiveram, claro, em um grau muito superior ao nosso. Então, quando eles ameaçaram retirar o nosso nome do Cadastro Nacional de Adoção, porque nós recebemos essa ameaça — está por escrito isso —, o Ministério Público, que não teve autonomia intelectual nenhuma e não vendo o interesse da criança, porque todo processo que envolve criança e adolescente tem que ser observado sob a ótica da criança... Então, quando eles solicitaram a retirada do nosso nome do Cadastro Nacional de Adoção, nós ficamos 1 ano lutando para conseguir essas crianças. E com a possibilidade de o nosso nome ser retirado do Cadastro, nós recebemos o convite para conhecer o abrigo do Rio de Janeiro e conhecer os nossos filhos. Eu não podia permitir, Excelência, que aquela juíza, que ocupa uma função, pudesse matar a nossa possibilidade de fazer o bem fosse a quem fosse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Entendi.

A SRA. ARISTÉIA MORAES RAU - Porque elas estariam conosco de alguma forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora conseguiu...

A SRA. ARISTÉIA MORAES RAU - No Rio de Janeiro, os dois irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...a adoção de duas crianças.

A SRA. ARISTÉIA MORAES RAU - Duas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E mantém essa...

A SRA. ARISTÉIA MORAES RAU - E estou mantendo o pedido de apadrinhamento afetivo das meninas de 16 e 13 anos — porque agora a Leandra está com 16 anos de idade, Excelência, e a outra está com 13.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Entendi.

A SRA. ARISTÉIA MORAES RAU - Então, a nossa família ficou... Fica difícil agora a gente manter a adoção de todas, mas estamos querendo, Excelência, a que tem, posso dizer para o senhor o seguinte: impossibilidade de viver sozinha. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Entendi.

A SRA. ARISTÉIA MORAES RAU - E o senhor não vai acreditar: não nos foi deferido o direito até agora. Contratamos banca de advocacia para nos defender, porque o meu marido nunca foi recebido na Vara, ainda que fosse advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Obrigado, Doutora. A palavra continua franqueada.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Jornalista Joice, pois não.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Sou Joice Hasselmann, a jornalista que fez a reportagem que ensejou o início da investigação envolvendo o caso de São João do Triunfo, que envolve os filhos da dona Rivonete, do seu Antônio, os irmão do Guinho, e eu fiquei muito emocionada ao ouvir aqui o depoimento da Arista a, porque a conta não vai fechar nunca, Presidente Arnaldo Jordy, Deputado Luiz Couto, se há famílias e mais famílias querendo adotar, na fila de adoção, e que têm o desdém do Poder Judiciário e do Ministério Público, e outras famílias que querem ficar com seus filhos e que têm seus filhos retirados, como aconteceu com a dona Ivonete. Para quem não se lembra desse caso, o inquérito era sigiloso, o processo era sigiloso, mas eu tive acesso a ele, li o processo ali de cabo a rabo. Basicamente, a promotoria alegou — promotoria, aliás, que não está aqui representada. Cadê? Cadê os procuradores? Cadê os promotores? Foram convidados. Com o mesmo desdém que trataram a Arista a, também tratam essa questão tão grave, que é o tráfico internacional de crianças. Cadê o representante do Poder Judiciário? Cadê o representante da Comissão Estadual Judiciária de Adoção? Onde ele está? Onde está o Corregedor, que está fazendo uma sindicância no Tribunal de Justiça, porque eu mesmo entreguei 22 DVDs com gravações, provas, vídeos, áudios e tudo o mais que ele quiser? Tudo o que foi entregue para a CPI para iniciar a investigação foi entregue aqui para o Corregedor. Eu mesma entreguei nas mãos dele. Então, tem gente querendo adotar, que fica desesperada na fila, inclusive crianças especiais, e



têm pais querendo ficar com seus filhos, e que têm seus direitos simplesmente violados e rasgados. E os filhos são retirados sob que alegação? De pobreza. Foi isso que alegaram — não é, dona Rivonete? — lá no processo. Eu me lembro que a senhora ficou muito emocionada na última audiência porque disseram que seus filhos comiam do lixo, e a senhora disse *"Do lixo meus filhos não comiam. Eu vivia na pobreza, mas meus filhos não comiam do lixo."* E ainda que fosse, o dever era do Estado de ajudar essa família, e não arrancar as crianças e mandar como se fossem caixas de papelão para fora do Brasil. Aliás, não se sabe onde eles estão, não é, dona Rivonete? Não se sabe agora onde essas crianças estão, porque, depois que a gente investigou, depois que a Sandra esteve aqui, depois que ela contou a história... Primeiro ela foi escondida, ela chegou a fugir da casa dos pais adotivos, e agora não se sabe nem onde estão os irmãos. Agora, que Justiça é essa? Que lei é essa? Que Ministério Público é esse? No discurso é lindo! No discurso é lindo! O Olympio de Sá Sotto Maior Neto é uma das pessoas que ajudaram a criar o Estatuto da Criança e do Adolescente e que é contra, inclusive, a adoção internacional de forma radical. Mas aí fica só no discurso, porque na hora que você precisa da atuação do Ministério Público, ele sequer debate o assunto. O Desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo, Poder Judiciário, Tribunal de Justiça, Corregedor-Geral, não está aqui; o Desembargador Guilherme Luiz Gomes não está aqui; a Juíza Ana Paula Amaro da Silveira não está aqui; o Fabian Schweitzer, Juiz de Direito, não está aqui; a Helen Crystine, Promotora de Justiça, não está aqui. Cadê o Procurador-Geral, que deveria estar aqui? Com todo o respeito que eu tenho ao Procurador-Geral de Justiça, ao Procurador-Geral do Ministério Público, cadê eles? Cadê essa gente para debater esse assunto tão importante? Por que anda? Anda porque tem gente da imprensa fazendo barulho — e é fazendo barulho mesmo, porque é só assim que anda — e porque tem uma CPI séria investigando. E olha que eu sou uma das maiores críticas do Poder Legislativo. Eu posso dizer que é uma CPI séria porque tenho acompanhado esse caso desde o início e estive em Brasília algumas vezes. E só vai mudar quando tiver modificação na lei de adoção. E são, pelo menos, 40 artigos, segundo me adiantou o Presidente, Deputado Arnaldo Jordy, que devem ser modificados. Gente, isso aqui é desdém! É desdém! O Poder Judiciário e o Ministério Público estão desdenhando desse caso, estão desdenhando



das crianças que estão na fila de adoção, estão desdenhando das famílias que têm seus filhos retirados de dentro de suas casas. A gente falou com essas crianças. Elas disseram: *"Nós não queríamos abandonar e ser retirados dos nossos pais. Nós não queríamos. Nós queríamos ficar juntos."* Os irmãos com os pais. Então porque foram retirados? Eu perguntei, inclusive, para a promotora, que foi quem pediu a destituição do pátrio poder, porque ela falou assim: *"Não, porque tinha um problema ali entre eles. Eles não podiam conviver juntos."* E eu perguntei: *"Então, se não podiam conviver juntos, por que mandou todo mundo para uma família do outro lado do mundo? Se o problema é que eles não podiam conviver juntos, o que justifica juntar todo mundo e mandar para um casal estranho?"* Ninguém aqui falava uma palavra em inglês e lá ninguém falava uma palavra em português. Já imaginou o que essas crianças passaram? E eu estou falando de um caso. De um caso em que eu tive a sorte de encontrar uma CPI séria no caminho para investigar! E os outros? E os outros? Presidente, o senhor sabe que tem uma brincadeira aqui no Paraná que diz assim: tem Poder Judiciário do Brasil e tem o Poder Judiciário do Paraná, que é completamente diferente do Poder Judiciário brasileiro! Por quê? Porque o Presidente do STF nos recebeu. Estivemos lá. Eu, o Presidente Arnaldo Jordy, outros integrantes da CPI. Ele nos recebeu. Joaquim Barbosa, que é, talvez, a figura, a estrela do Poder Judiciário. E nos recebeu de bom grado. Foram 2 horas de conversa. Recebeu todo o material. Começou a investigar. Vieram aqui e deram uma batida no Tribunal de Justiça! O Conselheiro Luiz Moreira, do Conselho Nacional do Ministério Público, homem forte, arretado mesmo, entrou na causa. Mandou um ofício na nossa frente para todas as promotorias no Brasil envolvidas nas questões de adoção, querendo saber quem são as ONGs que atuam junto a essas promotorias e a esses tribunais de justiça, essas varas, enfim. E por que lá em Brasília eles se mexem e aqui ninguém se mexe? Será conivência? Omissão? Participação direta? Eu não estou acusando, eu estou perguntando. Que bom seria se houvesse alguém aqui para responder, algum integrante do Ministério Público ou do Tribunal de Justiça! Eu já fui lá com uma câmera ligada, gente! Eu já fui lá com uma câmera ligada, no Tribunal de Justiça! A resposta que eles deram foi chamar a Polícia Militar. Essa é a resposta do Poder Judiciário. Bom, agora temos um novo Presidente. Quem sabe a gente consegue uma resposta! O fato, Presidente, é que



uma sindicância foi aberta. E eu estive lá. Eu mesma entreguei nas mãos deles 22 DVDs. Alguma resposta tem que ser dada. Alguma resposta tem que ser dada. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, jornalista Joice.

Nós queríamos registrar aqui também a presença do Sr. Jefferson Biancolini, advogado do caso das crianças lá de São João do Triunfo. Muito obrigado pela presença do advogado Jefferson.

A palavra continua franqueada.

O SR. JEFFERSON LUIS BIANCOLINI - Sr. Presidente, aproveitando o enlace da nossa querida Joice, a Justiça, na realidade, está fazendo pouco caso do Estado do Paraná com relação a essas adoções. As chacotas do Ministério Público continuam e as brincadeiras de que estão encaminhando crianças para a Rússia, para a Polônia, para todos os lugares, continuam. Inclusive, trouxe a documentação aqui de uma situação idêntica à dos meus clientes de São João do Triunfo, em que a destituição foi feita pelo Ministério Público nos mesmos termos, ocorrida agora, no dia 13 de agosto de 2013, que relata que o pai, alcoólatra, ao chegar a casa, discutiu com a mãe; a mãe pegou uma faca, as crianças saíram correndo e entraram em contato com os vizinhos; os vizinhos chamaram a Polícia, que prendeu o pai; mas quem estava armada era a mãe. Em seguida, a mãe pratica atos lascivos e de promiscuidade. Esses são os motivos principais pelos quais o Ministério Público está pedindo a destituição do pátrio poder dos pais. Isso aí não pode mais continuar, Excelência, Sr. Presidente. Já virou uma chacota: continuam as adoções; continuam as irregularidades; as pessoas não foram afastadas, continuam exercendo os cargos, continuam pressionando, continuam coagindo e continuam ameaçando todos que estão envolvidos no caso, como se isso fosse terminar em *pizza* — o que eu sei que não vai acontecer, porque eu conheço V.Exa., conheço o Dr. Luiz Couto e a Joice. Não podemos mais deixar isso continuar. Inclusive, eu saí correndo, eu tinha compromissos hoje, tive que deixar os compromissos. Tenho audiência à tarde, vou ter que retornar e ausentar-me, mas fiz questão de vir pessoalmente para mostrar a V.Exa. que os casos de adoções, nos mesmos termos em que aconteceu com a família de São João do Triunfo, estão acontecendo em São Mateus, estão acontecendo em São João, estão acontecendo em Rio Negro, estão acontecendo



em União da Vitória e em outras cidades do Estado do Paraná. Eles não abaixaram a bola; inclusive, parece que ganharam mais força e continuam fazendo a mesma coisa. O destino dessas crianças eu não sei dizer a V.Exa. porque eu não tive tempo de ir pesquisar, mas o fato é idêntico ao de São João do Triunfo. E, como um conhecedor da lei, sei que, para destituir o pátrio poder, não é por uma simples causa assim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Esses casos têm passado pela CEJA?

O SR. JEFFERSON LUIS BIANCOLINI - Este aqui ainda não, Excelência. Eu não tenho conhecimento. Esse aqui é recente, é de agora, do dia 13 de agosto de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas esse caso já foi consumado? É isso que eu quero saber.

O SR. JEFFERSON LUIS BIANCOLINI - Foi destituído o pátrio poder. A criança...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E essas crianças estão onde?

O SR. JEFFERSON LUIS BIANCOLINI - Não sei dizer a V.Exa. onde elas estão, porque eu não tive tempo de investigar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Porque você falou em Rússia, falou em outros países.

O SR. JEFFERSON LUIS BIANCOLINI - O Ministério Público de São Mateus...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Você tem informação de que elas são objeto de adoção internacional?

O SR. JEFFERSON LUIS BIANCOLINI - A Promotora de São Mateus — eu não sei até onde vai a brincadeira e até onde vai a seriedade —, quando indagada, anda falando: *“Ah, eu vou mandar essa aqui para a Rússia, vou mandar aquela para a Polônia, vou mandar essa aqui para lá”*, fazendo chacota com a CPI que foi instaurada aqui e da qual fazemos parte. Eu não sei se essa chacota é verdade, eu não sei se essa chacota é verdadeira. Isso eu não posso afirmar para o senhor, mas eu sei que ela anda dizendo: *“Eu vou mandar essa aqui para a Polônia, para a*



Rússia”, para outros países, ou fazendo chacota com esta CPI, ou falando seriamente. Então, a gente não sabe até onde vai esse abuso de autoridade e aonde o Ministério Público pode chegar. Aproveitando o que a Joice falou, eles são tão sérios e competentes que não se fizeram presentes aqui, não há aqui representante do Tribunal nem do Ministério Público. Certo? Deveriam pelo menos vir aqui para fazer uma defesa, acompanhar o caso, ver o que está acontecendo e se interessar pelo que está sendo explanado aqui. Porque isso...

A SRA. JOICE HASSELMANN - Da outra vez — só uma interferência, Jefferson — a Promotora só veio porque eu publiquei uma foto. A senhora se lembra, não é, dona Rivonete? Porque durante a minha entrevista a Promotora me disse categoricamente: *“Eu nunca tive contato com o Audelino, muito menos com os pais americanos. Eu simplesmente encaminhei o procedimento, do jeito que se deve, administrativamente.”* No dia em que a CPI veio aqui, eu publiquei uma foto dela com os pais americanos, juntos, e com as crianças. E simplesmente coloquei o trecho gravado em que ela dizia: *“Eu nunca vi essas pessoas”* e a imagem, desmentindo o que ela havia dito em gravação. Por isso acabaram aparecendo aqui, no meio da CPI. Aí baixou um monte de gente: veio ela, veio a Procuradora, veio a Promotora, veio todo mundo. Mas foi pura e simplesmente por essa imagem e não pelo compromisso de debater um caso tão sério.

O SR. JEFFERSON LUIS BIANCOLINI - Sim, vieram até para tentar desmentir o que a foto confirmava. E é assim que eles sempre trabalham: em grupo, unidos, passando a perna em várias pessoas, principalmente os mais humildes, que não têm condição e entendimento legal do que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Como é o nome da Promotora, doutor?

O SR. JEFFERSON LUIS BIANCOLINI - Tarcila...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É a mesma, aquela mesma?

O SR. JEFFERSON LUIS BIANCOLINI - É a mesma: Tarcila Santos Teixeira. Inclusive, eu trouxe cópias, vou deixar com V.Exa. as cópias dessa nova destituição de pátrio poder. Se o senhor ler com atenção, constatará que é idêntica à da dona Maria Rivonete. Eu vou deixar uma cópia com a Joice também, porque é um fato novo, que está chegando agora ao conhecimento. Então, é mais para demonstrar a



V.Exa. que as adoções de forma irregular ainda estão acontecendo. Não sei como eles estão fazendo, mas alguns juízes estão concedendo. Talvez por confiança no Ministério Público e nas funções ministeriais eles nem leem o que está escrito e já vão concedendo as adoções.

A SRA. JOICE HASSELMANN - É, Presidente, porque a informação que eu tenho, inclusive da Corregedoria do Tribunal de Justiça, é de que as adoções todas estariam suspensas até a conclusão da sindicância. Se isso está acontecendo de forma sorrateira, sem qualquer tipo de publicidade, com a participação ou não da Limiar ou de qualquer outra ONG, isso é um caso gravíssimo, porque eu tenho essa informação — está gravada. Essa conversa de que todas as adoções, até que houvesse a conclusão total das sindicâncias, seriam suspensas, está gravada. Por isso a pressa de que a sindicância seja concluída, porque também há criança que está à espera de um pai, de uma mãe, que não pode ser penalizada por essa situação. Não se pode apressar, mas também não se pode tirar o direito da criança a ter um pai e uma mãe. Há órfãos, há crianças que não têm pai e mãe e há crianças que, de fato, os pais não querem, o que é muito diferente aqui do casal da dona Rivonete e do seu Antônio.

O SR. JEFFERSON LUIS BIANCOLINI - Exato. Inclusive, com essas crianças que estão tiradas para adoção não está sendo respeitado o direito da família, dos avós, dos tios, dos padrinhos, de pessoas que têm parentesco próximo às famílias de ficar com a criança. Elas estão sendo tiradas, jogadas numa casa lar, em algum outro lugar e não são inseridas no seio familiar. Ficam completamente abandonadas, ao deus-dará. Passa-se algum tempo e a criança, sorrateiramente, desaparece. Era isso que eu tinha a argumentar aqui, Deputado Arnaldo. E agradeço, mais uma vez, pela compreensão e pela abertura da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Jefferson.

Antes de continuar com a nossa reunião, informo que o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e o Corregedor de Justiça, Coordenador da CEJA, não estão presentes porque nós temos agendada uma audiência específica com o Presidente e com o Corregedor, porque o assunto é mais focado. Nós achamos por bem ter essa audiência mais específica com ambos, que será realizada hoje à tarde.



Portanto, eu queria dar aqui essa justificativa para a ausência dos dois a esta reunião. Foi feito o convite. Posteriormente, acordamos em ter essa conversa numa visita que será feita hoje à tarde. Convidamos o Desembargador Presidente do Tribunal e o Corregedor para tratar desses assuntos.

A palavra continua franqueada para quem queira se manifestar...

A SRA. JOICE HASSELMANN - Sr. Presidente, a dona Rivonete estava nos contando sobre a ausência, agora, de informação sobre o paradeiro das crianças. Não é isso, dona Rivonete? A Sandra encaminhava um *e-mail* dizendo que não sabia onde as crianças estavam. Eu acho que seria interessante ouvir a dona Rivonete, o relato dela, porque durante um tempo a situação ficou um pouco tensa em São João do Triunfo. Havia carros estranhos passando perto da casa dela e conversas de ameaças. Eu acho que a dona Rivonete poderia nos relatar o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, senhora.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Fala bem pertinho do microfone, dona Rivonete.

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Da primeira vez que nós estivemos aqui, andavam uns carros estranhos passando, assim meio querendo parar lá em frente de casa. Daí eu disse: *“Eu vou ficar mais é fechada na casa, porque o negócio está feio para o nosso lado, porque tem que ser alguma coisa conosco, porque esses carros andando aí, estranhos, com placa de Curitiba...”*. E tinha um outro com placa de São Paulo. Daí eu saí ligeiro e vi a placa de onde era. A gente fica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E vocês não anotaram a placa dos carros?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Eu só consegui ler, assim, que um era de Curitiba e um era de São Paulo. Tinha até uma caminhonete cinza. Não é a da Promotora porque a dela era de outra cor. Só que passou um carro, e para mim era ela, um carro escuro. Eu não vi por causa do vidro escuro. Eu falei para ele: *“Tá feio para o nosso lado, nós temos que...”*. Cada vez que eu saía, vinha sempre me acompanhando. Eu cheguei para o meu irmão e falei: *“Olha, tem um carro me perseguindo.”* Daí eles disseram para eu ficar lá, não sair de lá, esperar... Eu fui embora de tarde, mas não fui pelo mesmo caminho, fui por uns carreiros que têm lá.



A SRA. JOICE HASSELMANN - D. Rivonete, sobre a carta que a Sandra escreveu, o *e-mail* que ela escreveu: eu me lembro que, num primeiro momento, ela disse, algum tempo atrás, que não queria nem conversar com ninguém — falou para você, não é, Guinho? —, que não podia conversar porque o advogado dela — nós temos essa gravação — orientou-a a não falar mais com ninguém aqui no Brasil. E aquilo me estranhou muito, porque uma moça que, até então, não tinha ninguém, de repente alguém está pagando um advogado para ela, a gente não sabia se era a família adotiva ou não. E agora a informação de que não se sabe onde as crianças estão, os menores de idade ainda, é isso? O que aconteceu?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Foi isso que ela falou, que ela estava proibida de conversar conosco, que ela não podia ter contato mais, que ela estava proibida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Como é que a senhora soube disso?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Eles tinham arrumado um advogado para ela. E ele falou mesmo para não era para ela ter contato mais conosco, que agora ela não podia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas como a senhora soube disso, como a senhora soube que ela estava sendo induzida pelo advogado a não ter mais contato com a senhora?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Foi ele que conversou com ela, é ele que está sabendo bem como é...

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Na verdade, eu estava conversando com ela por *e-mail*, daí eu fiz questão de gravar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ela lá e o senhor aqui.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Isso, isso. Eu fiz questão de gravar. Ela viu que eu estava gravando, salvando no computador, ela falou: *“Por que está me recordando?”* Daí eu falei: *“Não, para eu ter de lembrança, na hora em que eu não puder falar com você, para eu ver um vídeo seu, coisa assim.”* Daí ela: *“Não, eu vou desligar se você continuar recordando”*. Daí eu desliguei o computador e passei a gravar só a voz dela no celular. Eu até entreguei para a Joice a gravação. Quando ela contou que, depois da última reunião que teve aqui, eles assistiram a toda a



reportagem lá, eles a obrigaram a ver as reportagens, matérias, tudo o que aconteceu aqui no Brasil, com o advogado do lado, porque disse que... Daí proibiram-na, não queriam mais que ela entrasse em contato conosco. Até eu começava a conversar com ela e ela dizia: *“Não, eu tenho que desligar, eu tenho que ir”*, não sei o quê. Eu até segurava ela mais um pouco para conversar. Ela: *“Não, eu tenho que ir, senão eles chamam o advogado”*, não sei mais o quê.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você disse que “eles” proibiram. Quem são essas pessoas que proibiram que ela entrasse em contato com vocês?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Na verdade, eu não lembro se ela citou o nome. Mas ela falou que as pessoas exigiram um advogado para ela assistir à matéria lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas são os pais adotivos ou...

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não, eu acredito que não, porque os pais adotivos, ela já não estava mais com eles. Até agora, nos últimos dias, dia 3 eu conversei com ela por *e-mail* mesmo, ela estava me contando que... Primeiro, ela falou para o meu irmão, de 10 anos, conversando por *e-mail*, eu não tinha visto, daí ela falou para ele: *“Não, meus irmãos não estão mais com os pais adotivos”*. Eu falei: *“Não, eu vou ver então...”*. Fui conversar com ela e ela falou: *“Não, eu não falei isso”*, não sei o quê... O único que saiu da casa dos pais adotivos foi o Valmir, o mais velho, que está comprando uma casa com um amigo dele agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - De todos eles, ela já está fora e mais esse mais velho. Os outros continuam com os pais adotivos, segundo ela?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Num primeiro momento, ela falou que eles tinham saído também da casa dos pais adotivos, todos eles. Depois ela voltou a falar que não tinha falado, que eles continuavam lá, que apenas o mais velho tinha saído.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Essa gravação eu tenho também, Presidente. Posso encaminhá-la à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso foi quando?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Eu não lembro o dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais ou menos?



O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Faz uns 2 meses.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Uns 2 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Uns 2 meses. Foi o último contato que vocês tiveram com ela?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - É, por vídeo, sim. É mais por *e-mail*, agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas por *e-mail* vocês têm mantido contato com ela?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Temos. De vez em quando, quando ela está *on-line*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Às vezes deixo um recado e demora para ela responder. É difícil, talvez ela esteja respondendo escondido também, para demorar tanto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E hoje a Sandra trabalha?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Um dia eu estava conversando com ela e eu falei: "*Vamos conversar amanhã, então.*" Ela falou que não podia: "*Não, amanhã tenho uma proposta de trabalho, vou passar o dia fora, a tarde fora, e aí eu não posso conversar em nenhum momento.*" Não sei se está trabalhando ou não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tem outro irmão que está com ela?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não, esse outro irmão meu, o mais velho, que saiu lá da casa dos pais adotivos, está morando com um amigo dele. Ele disse que estão comprando uma casa juntos ou coisa assim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lá na mesma cidade?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Lá nos Estados Unidos.

A SRA. JOICE HASSELMANN - O que me chama a atenção, Deputado Luiz Couto, é essa figura do Bob Nash, esse tal pastor que apareceu no meio do caminho e que é uma figura que há uma série de indícios que nos faz desconfiar da atuação dele e que foi quem recebeu a Sandra no momento em que ela fugiu de casa. Ela completou a maioridade e fugiu de casa. E Bob Nash, inclusive, foi a pessoa que tentou nos coagir por *e-mail* para que nós não divulgássemos a reportagem em relação à Sandra. Ela veio e gravou conosco. Então, quando ela diz que "eles não deixam", provavelmente, está se referindo a esse Bob Nash, porque ela não tem



mais, pelo que diz, contato com os pais adotivos. A relação foi rompida, por motivos óbvios. E esse Bob Nash é uma figura central nessa história, ninguém sabe direito o que ele é, se é o cordeiro ou se é o lobo nesse processo, mas ele é a figura que esteve com a Sandra no Brasil, que trouxe a Sandra para o Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas a senhora estava falando dos carros que a seguiam. Isso aconteceu durante quanto tempo?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Foi um tempo depois que nós estivemos aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Depois que esteve aqui naquela audiência. E quantas vezes a senhora viu que esses carros a acompanhavam?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Um, cuja cor era preto escuro, passava meio direto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Preto escuro.

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Um que era assim preto escuro passou uns pares de vezes.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas estiveram próximo da casa onde a senhora morava?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Na frente, assim, da...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em frente a sua casa?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E eles paravam ou apenas...

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Meio parando assim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora disse que o carro da Promotora era outro, mas a senhora chegou a desconfiar que ela estaria em outro carro diferente?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Eu desconfiei, no carro escuro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Carro escuro, que a Promotora estaria lá.

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Que tinha uma mulher meio parecida.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas esse pessoal nunca chegou a descer e conversar com a senhora?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Não, mas eu senti medo, porque não sabemos quando é alguma coisa para a gente.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a senhora prestou alguma queixa na delegacia?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Não, porque isso parou por certo tempo. Há alguns dias começou de novo. Tinha a caminhonete cinza, com placa de Curitiba, e outro carro com placa de São Paulo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei. Luís, você, que conhece melhor a sua irmã, que conversa mais com ela, você sentiu que a partir de certo momento a Sandra começa a não ter a mesma liberdade de conversar com você sobre as outras coisas. Você sentiu uma diferença?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Na verdade, quando começamos a conversar por *e-mail*, ela se sentiu à vontade para me contar coisas. Eu até passei o *e-mail* para a Joice, que entregou a vocês, tipo que ela foi abusada, tudo isso. Depois disso ela já não se sentiu à vontade para me contar mais nada, pouca coisa ela respondia, quando fazia mais perguntas, ela dizia: "*Por que está fazendo mais pergunta?*" Eu falei: "Não, é que eu quero saber." Até perguntei o lugar onde ela morava. Ela disse: "*Venha para cá que você conhece.*" Não queria contar nem o lugar em que ela estava.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E isso aconteceu depois que você prestou aquele depoimento aqui na CPI?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Sim, depois que teve a CPI aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi. E a cada vez que você entrava em contato com ela, ela sempre dizia que tinha pessoas que... ela não deveria falar mais sobre esses acontecimentos.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Isso. Ela falava que tinha pessoas que seguravam ela, que não deixavam ela conversar mais, que ela não podia conversar, que tinha um advogado, que o advogado estava do lado dela para assistir aos vídeos, que disse que tudo o que foi falado aqui na CPI, que eles viram lá, ela falou que tudo o que foi falado é mentira, não sei o quê...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E ela nunca falou da figura desse pastor?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Ela sempre teve ele como um cara bom, mas vai saber. Não sabemos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ela sempre fala?



O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Ela sempre falava, mas ali tem coisa escondida. Perto dele ela não se sentia à vontade de conversar conosco, nada e, quando eles estavam aqui, eles não saíam de perto dela, não deixavam ela só conosco.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Antes de você prestar o depoimento, ela conversava com você e tinha toda a liberdade para conversar os assuntos?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não, ela tinha liberdade tipo um dia de noite por *e-mail*, que nós estávamos conversando com ela lá, que ela falou: "*O que você quiser saber eu vou te contar, é só perguntar.*" Daí ela se sentiu tendo liberdade de contar o que eu perguntava.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí ela contou?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Daí ela contou tudo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas depois do seu depoimento aqui na CPI, você verificou que as coisas mudaram?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - É, *mudou bastante, porque qualquer coisa que nós perguntamos ela já fica estranha: "Ah, por que está fazendo mais pergunta?"* Não sei o quê. Eu: "*Não, é que eu quero saber de vocês.*" Pergunta dos outros irmãos: "*Você entregou o que foi levado para eles? Mostrou as fotos que vocês fizeram aqui no Brasil para eles?*" Ela já desviava a conversa, até hoje eu não sei se ela mostrou, conversou com eles ou não, porque sempre que eu pergunto para ela, ela desvia, muda de conversa e não fala nada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Antônio, teria alguma coisa a falar, Sr. Antônio?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas pode falar o senhor também.

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - O que ele está falando é isso mesmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É isso mesmo.

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - Sempre, no perguntar as coisas das crianças, ela desvia o caso. Pergunto se as crianças estão juntas, ela pega e desvia. Sempre perguntamos da outra menina, que é abaixo dela, ela já desvia. Para dar qualquer *(ininteligível)* desvia, não conta.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Antônio, o senhor viu esses automóveis também passando em frente a sua casa?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - De vez em quando, de noite sempre vem uns carros ali, passam de vez em quando devagarzinho, duas, três vezes, devagarzinho, meio que para na frente de casa, vai até o final do calçamento e volta de novo devagarzinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E volta de novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quantas vezes mais ou menos isso aconteceu, aproximadamente?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - Porque eu quase não paro em casa de dia, mas de noite... é carro estranho, não é? Com vidro fumê, que não aparece nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas segundo a Dona Maria? Duas vezes, cinco vezes que a senhora percebeu?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, a senhora que está mais em casa que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Também no domingo?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Ela foi umas quatro vezes, ela ia e vinha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quatro vezes?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quer dizer, nesse tempo todo, esse carro que a senhora diz suspeito passou umas quatro vezes, é isso?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - No domingo, foram quatro vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só no domingo, mas eu digo no todo.

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Aí nos outros dias da semana, passava assim duas vezes. Às vezes eu saía, já vinha ali, aparecia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - No total, quantas vezes.



A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Vinha me acompanhando, sabe?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Cinco vezes no domingo, mais duas vezes... No total, quantas vezes mais ou menos?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Umas seis, sete vezes, a caminhonete e o carro escuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Seis, sete vezes.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E nessas vezes que a senhora foi acompanhada, eles acompanharam até quando a senhora entrou em algum lugar?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Acompanhava sempre encontrava... sempre está o carro da polícia andando para cima e para baixo, sabe?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Então, sempre esses dias que eles vinham me acompanhando, eu encontrava o carro da polícia, eles estavam em outra rua.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí eles saíam da...

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Daí não aparecia, sabe? Sumia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando o carro da polícia aparece, eles...

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - E o carro da polícia é direto para cima e para baixo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora comunicou para a polícia isso, de que aquele carro era suspeito?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Eu comuniquei, falei para eles, mas eles não... E agora ele parou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E eu pergunto também: a senhora nunca anotou a placa de um desses carros?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Só o nome que eu consegui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Hem?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Só o nome da placa, que era de Curitiba e outro de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas o número, a senhora não...



A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - O número eu não tirei, não consegui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Está certo.

O SR. JEFFERSON LUIS BIANCOLINI - Deputado, a dona Rivonete me ligou um tempo atrás, até quero que ela confirme para V.Exas., informando-me que chegou lá um aviso de que eles iam ser presos caso continuassem mexendo nesse caso. Eu queria que ela confirmasse ao senhor se ela recebeu a ameaça de que iam ser presos ou que iam para a cadeia. Alguém passou isso para eles.

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Essa ameaça que falei foi do tempo em que a Dra. Tarcila ameaçava; ela ameaçou, mandava a polícia me buscar lá em casa, impunha-me na parece quando ela me atendia lá e *(ininteligível)*.

O SR. JEFFERSON LUIS BIANCOLINI - Na época que tinham retirado a criança da senhora, mas depois da CPI, a senhora relatou que recebeu alguma ameaça de que vocês iam presos também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que vocês parassem de falar sobre isso aqui porque poderiam ser presos.

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Dessa vez não estou lembrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quer dizer, essas insinuações foram na época das suas audiências lá e da situação...?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - É, mas foi na época da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais recentemente não houve esse tipo de ameaça?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Eu não estou lembrada. É claro que eu não estou lembrada, doutor, dessa vez que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Ah, foi a ligação de telefone.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, a ligação.

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - É, foi uma ligação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Teve uma ligação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Conte para nós sobre essa ligação.



A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Foi você que falou, nos falou: “É você, dona Maria Rivonete?” “Sou eu”. “Você é a mãe das sete crianças que foram levadas para os Estados Unidos?” Eu disse: “Sou eu.”

A SRA. JOICE HASSELMANN - Fale bem pertinho do microfone, dona Rivonete.

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Eles perguntaram se era eu que era a mãe das crianças que foram levadas para os Estados Unidos, e eu falei que era eu. Daí eles falaram que nós tínhamos que largar mão disso, para nós desistirmos, porque não adiantava nós ficarmos tentando querer pegar eles de volta, porque nós não íamos conseguir pegar eles de volta, que era para nós largarmos mão, porque nós íamos perder e que nós íamos presos ainda se não parássemos com isso. Daí desligou o telefone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E essa pessoa se identificou, dona Rivonete?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora sabe que dia foi isso?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Foi bem depois da primeira vez que nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, mas a senhora anotou o dia? A senhora é capaz de saber qual foi o dia exato? Dia tal do mês tal, saberia dizer?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Sabe que não...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi um domingo?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Foi num dia da semana.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dia da semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Que mês foi isso?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Foi no mês que... foi uns 20 dias depois.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Daqui?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Do mês que nós estivemos aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora não sabe exatamente o dia?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Teria como... a senhora anotou isso em algum lugar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu não anotei nada. Eu falei para ele: *“É estranho isso aí.”*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas ligou para o telefone da senhora?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Ligou no telefone dele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Do Sr. Antônio?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Para o celular ou foi para a residência?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Celular. Sem nome, sem nada.

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - Sem identificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas foi para o seu celular.

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor teria como identificar o dia exato dessa ligação?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Era do outro que está estragado.

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - ...numa quarta-feira, mas eu não me lembro o dia do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas que mês foi isso, Sr. Antônio?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Foi depois que nós estivemos aqui.

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - No comecinho de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Início de agosto. Uma chamada não identificada no seu celular?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - É, que eu cheguei, estava trabalhando e deixei o celular perto da casa, que eles eram para ligar lá, aí, quando eu cheguei de tarde, ela estava contando que tinham ligado e feito essa ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Início de agosto, foi?



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - Que eles ligaram para ela, dizendo que não adiantava estar lutando pelas crianças, porque ela talvez ainda ia pegar cadeia e ficar processada. Daí cheguei de tarde e ela estava contando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor teria como autorizar a quebra do sigilo dos seus telefones?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - Dá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor pode autorizar a quebra do sigilo do seu telefone?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - Pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Porque, com a quebra do sigilo do seu telefone, nós teríamos como identificar. Mesmo não aparecendo o número de origem, nós temos como identificar a origem desse telefone.

O senhor pode nos autorizar isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. É só o senhor autorizando.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Não é agora, não. Não precisa deixar o celular. Não se preocupe.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não precisa deixar, não. É só o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quero só saber se o senhor autoriza a quebra do sigilo telefônico do seu número de celular.

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - Pode.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É o mesmo celular?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Que recebeu essa ligação? É isso?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas era voz de homem ou de mulher?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - Mas o *chip*..., tem o *chip* dele aí.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tem o mesmo *chip*, não é?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - Pode. Pode pegar.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era voz de homem ou voz de mulher?
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Voz de homem. Era voz de homem.
A senhora desconfia de que pudesse ser lá mesmo dos Estados Unidos?
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A Sandra levou o seu número?
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Coloca o microfone para a senhora falar...

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - A Sandra levou o número.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Levou do nosso celular, levou do o Luís Valdir, levou o do Arivaldo. Só que era outro celular. O Antônio não falou para o senhor. Era um vermelhinho que agora está lá estragado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Dona Rivonete, depois que a senhora veio aqui na CPI, Sandra entrou em contato com a senhora outras vezes?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Só mais uma vez, daí, depois que ela era proibida, como ela falou, daí, nunca mais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E essa conversa ainda foi uma conversa longa? Ela conversou sobre muitas coisas? A senhora perguntou para ela?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Ela conversou só um pouquinho. Daí, ela disse que tinha que sair. Era de noite, de tarde. E, daí, lá, sempre, quando é de tarde, ela entrava em contato conosco. Se dava 7 horas, ela falava que já tinha que desligar, porque ela tinha que sair de noite, trabalhar de noite.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ela trabalha de noite?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Aí, eu comecei a desconfiar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora começou a desconfiar?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Só que depois desse dia, nós não conversamos mais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não ligou mais?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Não ligou mais.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ela ligou para o seu Antônio depois, ou não? Sr. Antônio, o senhor recebeu algum telefonema da Sandra depois que ela esteve aqui, depois que vocês foram ouvidos aqui na CPI?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - Não. Foi só por *e-mail* que ela mandava.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só por *e-mail*?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - Por telefone, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Luis Valdir, você recebeu telefonema dela também?

O SR. LUIS VALDIR SANTOS - Também não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi só por *e-mail*?

O SR. LUIS VALDIR SANTOS - Só por *e-mail*.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E...

O SR. LUIS VALDIR SANTOS - Só que eu acredito que não seja ela, porque ela levou o número da minha tia também. Ela falou para eu passar o *e-mail* da minha tia, porque ela queria conversar com a minha tia e que por telefone ela não conseguiu ligar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É. Mas ela disse que aquele telefonema era voz de homem. Então, não foi ela.

Eu pergunto se, de fato, a partir do momento em que ela esteve aqui e que tomou conhecimento do depoimento de vocês aqui, ela entrou em contato com vocês ou por telefone ou por *e-mail* depois que ela soube disso aqui? Você já falou que ela, no início, falava, quando você estava gravando, ela reclamou: "*Está gravando por quê?*" Aí, não quis mais falar. E, aí, só se comunica com você através de *e-mail*.

O SR. LUIS VALDIR SANTOS - *E-mail* mesmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por telefone também ou não?

O SR. LUIS VALDIR SANTOS - Por telefone, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Mais alguma coisa, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Não.

Agradeço a manifestação das senhores, da dona Rivonete, seu Antônio e (*ininteligível*).



A palavra ainda continua franqueada, se alguém quiser fazer uso. *(Pausa.)*

Por gentileza.

O SR. JEFFERSON LUIS BIANCOLINI - Deputado, só mais uma questão, com relação às ameaças aí. Todos nós estamos sendo ameaçados. Inclusive eu, também como advogado da família, já recebi, mas, a mim, eu não tenho problema nenhum, porque o meu pai me ensinou a ter colhões e eu estou enfrentando essa barra de peito aberto. Eu não tenho medo das ameaças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - São ameaças telefônicas?

O SR. JEFFERSON LUIS BIANCOLINI - Ameaças telefônicas também sem identificação. Eu já consegui uma quebra. Identifiquei aqui de Curitiba, mas era de um telefone público.

Também era voz de homem, para sair da questão, para deixar assim, senão minha família ia sofrer. Eu estou esperando eles irem me buscar lá, para eles verem o que está esperando por eles mesmo. Porque eu também não tenho medo dessas ameaças e estou transmitindo também toda a segurança à família. Quando eles são ameaçados, eles me ligam: *“Doutor, tem carro. Doutor, tem isso. Avisa a polícia. Chama a polícia.”* Às vezes, a polícia passa lá, o carro já saiu. Já não está mais e tal. Mas nós estamos aqui para que a verdade seja esclarecida e não temos medo de ameaças. Sem mais, Excelência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Luís, você tem conversado também com outros irmãos seus que estão lá nos Estados Unidos?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não, só com ela mesmo, porque com os outros nenhum contato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nenhum contato?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Nenhum. Nunca.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora também não, dona Rivonete? Seu Antônio?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO SANTOS - Também não.

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Depois da primeira vez que nós estivemos aqui, daí acho que só umas duas ou três vezes que ela entrou em contato conosco, e daí parou.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas com os outros filhos, a senhora nunca conversou?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Nada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nada.

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Daí eu perguntei até na Valderez, e ela desviou, sabe, ela desvia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ela desviava a conversa. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, senhor.

O SR. MESAEL CAETANO DOS SANTOS - Eu sou Mesael Caetano dos Santos, eu sou advogado e sou militante social, sou conhecido da Joice aí dos *blogs*, sou advogado voluntário de duas federações de associação de moradores aqui do Paraná: a FEMOTIBA e a FEPAMAR.

Srs. Deputados, eu tomei a palavra em face da inquietação que me trouxe neste momento pelos discursos dessas famílias, da nobre colega, que teve um depoimento emocionado.

Quero dizer que é assustador saber que o Estado leviatã, com o seu poder, usurpa felicidades, rompe com as dignidades das pessoas mais humildes deste Estado e deste País.

Deputado Arnaldo Jordy, espero que esta CPI traga uma reflexão muito grande no que diz respeito ao poder que é conferido à Justiça brasileira no tocante às adoções. A meu ver, nobres Deputados, nós precisamos mudar urgentemente as leis deste País no tocante à questão da adoção internacional. Nós não podemos conferir a um cidadão togado pelo poder, conferir a essas pessoas o poder de destinar o futuro dos nossos filhos, dos nossos irmãos, principalmente os jovens pobres deste País. Há que se ter uma reflexão muito grande, Deputado Jordy e Deputado Luiz Couto, na mudança dos preceitos jurídicos do poder que é conferido aos juízes no momento das adoções. A meu ver, nós, Estado brasileiro, não podemos, de forma alguma, conferir esse poder a um só sujeito do Estado no momento tão importante, na hora de uma adoção. A meu ver, tem que ocorrer uma mudança. E, neste momento, principalmente no que diz respeito à questão de adoção internacional, esse poder tem que ser transferido para uma comissão, uma comissão formada por membros da sociedade civil organizada, Joice, membros do



Ministério Público, membros do Judiciário e principalmente membros também do Executivo. Temos que tirar o poder, esse poder das mãos de um sujeito togado, que pode usar esse poder tanto para o bem quanto para o mal. Essa é a minha mensagem.

E quero dizer ao nobre colega advogado, à Joice, ao Deputado Jordy, ao Deputado Luiz Couto, aos membros aqui presentes: a sociedade civil organizada, Deputado Arnaldo Jordy, olha com muita apreensão este momento que vem ocorrendo aqui no nosso Estado do Paraná, onde, parece-me, o Estado se ausenta numa questão tão importante, que é proteger famílias pobres, famílias carentes. Acima de tudo, o Estado não faz valer o seu poder de defesa, que tem que dar aos seus membros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Mesael.

Nós somos absolutamente sócios das suas preocupações com relação a essa vulnerabilidade ainda que é a vida humana, principalmente dessas crianças, que são absolutamente tuteladas pelo Estado — deveriam ser. Padecem ou vivem em situações de extrema vulnerabilidade. Esse é um desafio de todos nós.

A palavra continua, finalmente, franqueada. Se ninguém mais quiser fazer uso dela, eu vou passar a palavra para suas considerações ao Deputado Luiz Couto, e vamos para os “finalmentes” da nossa audiência pública. Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, é importante destacar que nós identificamos as diversas contradições com relação à ONG Limiar. Ela é um caso emblemático que nós temos que, a partir dessa situação, identificar uma organização criminosa. Ou seja, eu poderia dizer até quadrilhas que estão sequestrando, porque nem o fato de tirar toda uma família para, depois, entregar para um intermediário, que vende essas crianças... E o pior é que aquilo que é chamado de adoção, entre aspas, ela não tem tido uma fiscalização. Ou seja, o que é que nossos brasileiros e brasileiras que vão e precisam ter um acompanhamento das instituições para que, de fato, percebam se, de fato, aquelas crianças foram adotadas mesmo, como filhos ou filhas, estão tendo uma vida digna, ou se já acontece, como aconteceu, onde... Ou, pelo depoimento prestado pela Sandra, inicialmente, quer dizer, era um espaço... tiraram do espaço da família, com



a justificativa de que eram pobres e que viviam numa situação que não tinha higiene e levam para os Estados Unidos, para um lugar também onde efetivamente parece que o ambiente não era tão saudável como se propunha.

Essa ONG Limiar, pelas informações, já levou 1.700 crianças em adoção para os Estados Unidos e o Canadá.

O pior é que nós temos uma informação do Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça do Paraná, o Lauro Augusto Fabrício de Melo, que, na outra vez, também foi convidado e não compareceu. Também hoje é convidado e não comparece. Parece que há uma senha, que diz: *“Ninguém comparece”*. Porque aqui hoje, da lista que nós temos aqui, só a Joice compareceu. A lista que nós ouvimos aqui foi de pessoas que compareceram voluntariamente e quiseram contribuir.

Então, significa que, tanto o Poder Executivo como o Poder Judiciário, como o Legislativo e até o Ministério Público, parece, não levaram em conta a responsabilidade que têm de prestar informações para uma CPI. Esse é um fato que chama atenção. E nós temos que colocar isso, ou seja, fazer com que... Se o Ministério Público é o defensor da sociedade, tem que prestar informações daquilo que está acontecendo. Não pode ficar nessa situação.

A SRA. ALINE MANZATTO - Deputado, só um aparte.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

A SRA. ALINE MANZATTO - O Poder Executivo está representado, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto, está você.

A SRA. ALINE MANZATTO - Eu estou como Delegada de Polícia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu digo, não, você vem representar a Secretaria de...

A SRA. ALINE MANZATTO - Sim, a Secretaria de Segurança Pública.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto.

A SRA. ALINE MANZATTO - Então, a gente está como Executivo aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Desculpe, mas é que eu digo o Poder Executivo mais amplo, não apenas... Você, com certeza, está aqui e veio representando o Secretário de Segurança Pública.

A SRA. ALINE MANZATTO - Isso.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas há outras forças do Poder Executivo que deveriam também estar aqui.

A SRA. ALINE MANZATTO - É que, como a polícia está no Poder Executivo, só...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro, não, eu digo...

A SRA. ALINE MANZATTO - Vou deixar claro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...respeitando essa... Mas eu digo o Poder Executivo como um todo, não...

A SRA. ALINE MANZATTO - Está o.k.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...está presente, embora a senhora esteja representando o Secretário de Segurança Pública.

Um fato que me chama a atenção também é que essa ONG não apenas atuou no Paraná; ela atuou também em Santa Catarina e atuou também em São Paulo. Pelas informações que temos, ela tentou também atuar em Pernambuco, no Nordeste. Então, significa que algo de aprofundamento das investigações, por um órgão que poderia fazer esse trabalho... E acho que vamos propor que a Polícia Federal possa investigar, com toda profundidade, essa situação toda, porque parece que tem mais coisas escondidas no baú da Limiar. Eu digo que a Limiar chegou ao limiar da irregularidade, das falcatruas, das enrolações, das enganações. Basta verificar a acareação feita entre o Ulisses e o Audelino. Foi uma situação que, a cada dia, quando se lê o depoimento, verifica-se que isso é de muita gravidade.

Então, nesse aspecto, Sr. Presidente, acho que nós precisamos... Inclusive V.Exa. já entrou em contato com a Embaixada dos Estados Unidos para verificar essa situação, e ver como é que nós podemos obter mais informações sobre essa situação das diversas crianças, que hoje já são adolescentes — alguns até já são adultos —, daquilo que aconteceu, não apenas nos Estados Unidos, no Canadá, mas também em outros países. Acompanhar é fundamental para que nós possamos ter uma situação de quem adota com amor e quem adota pensando em outras situações.

Então, eu queria dizer para a família do Sr. Antônio, da dona Rivonete, do Luis, que é importante também continuar mantendo essa relação com a Sandra. Ela eu acho que pode... se ela está sendo intimidada, ameaçada, ela pode também



contribuir com isso aqui. Talvez o fato de ainda não ter um espaço de liberdade, onde esse outro irmão, que estaria morando com outra, como é que se poderia (*ininteligível*) já que fugiu da relação dessa família. Se ele teria também algo mais a acrescentar. É importante não perder esse vínculo com esses irmãos de vocês e filhos e filhas que estão lá nos Estados Unidos.

O Dr. Jefferson coloca que continuam as irregularidades, continuam as ameaças, continuam as perseguições. Então, parece que a cumplicidade é a marca fundamental aqui, ou seja, as pessoas que querem que a verdade apareça são ameaçadas, são perseguidas. As irregularidades continuam. E é isso que nós vamos, hoje à tarde, na nossa conversa com o Presidente do Tribunal de Justiça, solicitar: uma série de informações e de providências.

Era isso, Sr. Presidente. Infelizmente, aqueles que, na sua maioria, foram convidados, não comparecem. Apenas, temos aqui Aline Manzatto, Delegada da Polícia Civil, que é do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas da Violência, que esteve aqui, compareceu representando o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E agradeço novamente a contribuição efetiva à jornalista Joice, que tem sido sempre uma aliada. Mais do que isso, tem sido uma participante desse processo de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto. É preciso só, Alberto, saber o número do início de agosto, o número de que foi recebido o telefonema.

Bom, nós estamos já concluindo os nossos trabalhos. O objetivo desta audiência pública, no meu entendimento, foi bastante produtivo, porque essas informações mais atualizadas acabam confirmando um cenário que nós já tínhamos indicado, vamos dizer assim. Hoje, com as informações obtidas pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Justiça e pela Corregedoria do Tribunal de Justiça, tenho a impressão de que nós vamos também crescer muita coisa.



Eu queria só finalizar com algumas considerações. A responsabilidade da CPI foi cobrada, legitimamente, por muitos. Quero dizer o seguinte: nós estamos, na verdade, construindo uma nova história desse processo. O crime de tráfico de pessoas no Brasil era um crime anônimo, absolutamente anônimo. Ainda é desconhecido por muitos, eu diria, pela grande maioria, não só da sociedade brasileira como do Estado brasileiro. Para se ter uma ideia, esta CPI, quando foi instituída, tínhamos sete núcleos no Brasil inteiro, nos 27 Estados federados do País. Nós tínhamos sete núcleos de combate e enfrentamento do tráfico humano, do tráfico de pessoas. Hoje, nós temos 21, por conta de toda uma cobrança, de toda uma manifestação, de todo um empoderamento que esse tema acabou sendo cobrado pelas autoridades públicas. Não havia sequer o plano nacional. O II Plano Nacional estava dormindo nas gavetas do Planalto, há um ano. Aliás, há mais de 1 ano. Há quase 1 ano e meio. E, pela cobrança da opinião pública, da sociedade, mas também provocado de forma insistente por esta CPI, saiu da gaveta; no início do ano, ele foi finalmente publicizado e hoje é uma ferramenta disponível para todos aqueles que se articulam em torno do tema, institucionalmente ou civilmente pela sociedade civil.

A CPI talvez tenha ajudado uma grande empresa de comunicação a produzir uma novela que ajudou a tirar do campo da ficção essa tragédia que envolve milhares de pessoas no Brasil. O Brasil está entre os dez países no mundo com maior incidência dessa prática criminosa, que é uma prática criminosa que mobiliza mais de 30 bilhões de dólares por ano, no mundo inteiro, vitimando mais de 3 milhões de pessoas. Então, não é um crime tão distante, tão apático, tão incidente. Esse crime é mais recorrente, só que ele é um crime escondido. É um crime que está disfarçado, que está camuflado. Geralmente, o algoz, o lobo mal, está transfigurado na pele de cordeiro, está querendo fazer uma boa ação. Ora, tirar uma criança de uma família pobre, vulnerável, com problemas, às vezes, até de sustentar existencialmente aquela criança, no âmbito da família!? Isso é rapidamente sacado como um pretexto para retirá-la do convívio do núcleo familiar e colocá-la... Por exemplo, tirar lá do interior da Bahia, de Monte Santos, e colocar numa família de classe média, num quarto bem decorado, com a figura do Mickey, do Pato Donald, do Pica-Pau, vivendo em berço de ouro...



Ora, é muito difícil, numa sociedade como a nossa, alguém resistir a esse apelo, por essa visão meramente comercial, essa visão meramente coisificada da dimensão humana. E é isso que está acontecendo no Brasil. O ser humano virou uma mercadoria. O bem jurídico mais importante da sociedade virou um negócio capturado por quadrilhas, por organizações que ganham dinheiro com isso. Muitas vezes, com a complacência direta ou indireta, por ação ou omissão de autoridades do Estado. O Tribunal de Justiça aqui é comandado por um bandido, que, felizmente, foi afastado não só pelas provocações feitas pela CPI — claro que não. A CPI apenas foi um ingrediente diante de tanta coisa que já vinha sendo apurada pelo CNJ, pelas autoridades supremas da estrutura judiciária brasileira e que acabou afastando um bandido pelas informações. Se 10% do que saiu no jornal for verdade, quem presidia o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná... Isso não é diferente, jornalista Joice, de outros Estados. Talvez, aqui haja componentes, num aspecto ou noutro agravantes, mas isso não é diferente do Tribunal de Justiça da Paraíba, do Tribunal de Justiça do Pará. Talvez, como eu disse, as características, as dimensões, os agravantes não sejam tantos, mas um Tribunal de Justiça que é um poder de recurso, é o poder de recursar os conflitos, os contenciosos da sociedade, dirigido por um mafioso, por um bandido, por um sujeito que pratica o tráfico de influência para os seus interesses pessoais como regra. Se a exceção já é condenada, ainda mais como regra.

Então, isso é fruto de uma luta que não é da CPI. É uma luta dos senhores, da sociedade civil do Paraná, da imprensa ou de parte da imprensa do Paraná, dos advogados de boa índole do Paraná. Nós somos apenas um parceiro nessa jornada. E repito: é uma jornada que está remando na contramão da maré. Nós estamos destituindo ou tentando desconstituir uma lógica, que é a lógica do capital, do valor, da mercadoria, do negócio, da apropriação pessoal, econômica da vida humana. Mas não é desesperançosa essa luta, por favor. Essa luta, no caso de Monte Santo, já destituiu um juiz que praticou, não sei se de má-fé ou por negligência, mas facilitou.

A lei, meu caro Mesael, não é tão imprópria e não é tão destituída de critérios justos para definir o que é o processo de adoção. O ordenamento jurídico brasileiro precisa de correções, e nós vamos fazê-lo. Esta CPI não se curvará a esse



compromisso de fazer. O documento já está praticamente pronto. Em meados de novembro, nós vamos consagrar isso num *workshop*, num seminário em Brasília, apresentando um conjunto de mudanças na legislação, aperfeiçoando esse ordenamento jurídico brasileiro para melhor enfrentar esse crime disfarçado, esse crime que é camuflado, que é geralmente praticado por alguém que quer ajudar a outro e, ao longo do processo, é que vai se descobrir as verdadeiras intenções que estão mascaradas. Portanto, não é um crime visível à luz do dia, como é o homicídio, como são outros crimes que são praticados e estão codificados no nosso Código Penal, no nosso Código de Processo Penal. Esse crime precisa de investigação. Esse crime precisa da coragem das pessoas para denunciá-lo, porque, senão, não há chance nenhuma de o Estado prevê essa prática criminosa que está escondida — dificilmente. É preciso que alguém tire essa sujeira que está debaixo do tapete e expresse na sociedade, para que o Estado e os atores possam atuar em torno disso. Esse modelo está sendo modificado.

A legislação não atribui ao livre arbítrio de um juiz fazer o procedimento que ele arbitrariamente possa elencar. Não. A lei diz. O problema é que a lei não está sendo cumprida em grande parte. Numa adoção de uma criança, a cadeia familiar próxima é o objeto imediato para ser acolhida. Não se quebra a tutela, ou mesmo a guarda, ou mesmo o pátrio poder da família de uma criança à revelia do que está normatizado no ordenamento jurídico. Isso não está sendo cumprido. E mais: estamos assistindo à complacência maior ou menor, dependendo dos casos, do aparelho do Estado, dos cartórios, das CEJAs, nos Estados, como é o caso do Paraná. Nós precisamos agora medir qual é a extensão. Para nós, está claro que houve participação da CEJA nesses processos irregulares de adoção. Não sei quanto dinheiro está rolando por trás disso, não sei quem se apropria exatamente de quanto. Mas que há uma relação promíscua, não há dúvida. Nós precisamos saber qual é a extensão dessa promiscuidade, quem são os atores que estão envolvidos nisso. Essa é uma tarefa da CPI, mas, antes de mais nada, é uma tarefa das instituições locais, porque isso não vai ser um fato ou outro. Nós estamos aqui investigando a ONG Limiar. Nós estamos investigando aqui processos arbitrários adotados por juízes com a conivência ou com a complacência ou com o consórcio de atores do Ministério Público, de organizações que são previstas no ordenamento



jurídico, como é o caso da CEJA, que é prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas esse não é o único caso. Nós estamos pegando isso como paradigma.

A tarefa, daqui para frente, vai ser da delegacia que está cuidando da infância e da adolescência, da autoridade que tem competência para investigar, da opinião pública, ou seja, da capacidade de controle social, que a Ordem dos Advogados do Brasil, junto com a imprensa livre, junto com os advogados de boa índole, junto com os movimentos de advogados, como você, que é militante dessas causas sociais. Enfim, a essa rede de proteção é que cabe aperfeiçoar essas instituições doravante.

Nós estamos dando, vamos dizer assim, o pontapé inicial ou talvez criando as condições para que a sociedade compreenda a dimensão, a escala, a recorrência, a gravidade, a violação brutal de direitos humanos, a coisificação do bem jurídico mais importante, que é a vida, e, pior, da vida de um ser absolutamente tutelado, que não tem a menor consciência do que está acontecendo no seu entorno, muitas vezes, o que aumenta a nossa responsabilidade.

A violação de direitos humanos é grave em qualquer latitude, em qualquer dimensão. É grave para um ser humano, para uma mulher que é levada, muitas vezes, à prostituição, enganada por um contrato de trabalho em Salamanca, na Espanha, achando que vai trabalhar de camareira ou de não sei o que e acaba, essa condição de vulnerabilidade, colocando-a no trabalho escravo, na violação dos seus direitos mais elementares. Isso é grave? É gravíssimo. Agora, quando se pratica essas violações com seres absolutamente tutelados, que não têm a menor personalidade e compreensão do que está acontecendo, muitas vezes, essa gravidade, desculpem-me a redundância, se torna mais superlativa ainda. Daí a responsabilidade que é prevista também na lei. Os crimes contra criança e adolescente têm de ter uma prioridade que, na maioria dos Judiciários, não têm. Isso é justificado pelo volume de processos.

O Judiciário brasileiro tem 90 milhões de processos inconclusos. As pessoas têm que entender o que é isso. Esse Judiciário é pouco cobrado. Eu estou falando em geral, não estou falando do Paraná, por favor, para não ser mal interpretado! O Judiciário brasileiro tem 90 milhões de processos inconclusos. São direitos, são vidas humanas que estão ali submetidas a isso tudo, submetidas a 34 mil juízes. É



um sistema falido, e a sociedade cobra muito pouco. Cobra do Legislativo, que é um Poder mais exposto; cobra do Executivo, que é o segundo Poder mais exposto; mas do Judiciário não se cobra quase nada.

Esse Presidente do Tribunal de Justiça, que praticou tráfico de influência, que elegeu seu filho para um cargo vitalício no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, negociando processo a processo com os Srs. Deputados do Poder Legislativo, que praticou toda a ordem de imoralidades, esse cidadão, se for punido, como criminoso, será condenado a uma aposentadoria com seus proventos absolutamente integrais. Essa será a pena máxima para um bandido de toga, como dizia a Ministra Eliana Calmon, um bandido de toga que lesou, em escala, a sociedade como um todo, apropriando-se do bem público, praticando toda ordem de crimes. Será “punido”, entre aspas, com aposentadoria integral, e, com certeza, estará numa banca de advogados muito poderosos, praticando consultorias, com informações privilegiadas, talvez ganhando, na iniciativa privada, mais ou o dobro do que ganhava como servidor público.

Este é o Brasil. Nós precisamos mudar. E isso não vai mudar por falta de projetos na Câmara dos Deputados. Existem projetos lá para acabar com essas aposentadorias que acabam sendo prêmios, e não punições. Há projetos de toda ordem. Há projetos apresentados pelo PT, pelo PPS, pelo PSDB, pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo ex-Presidente Lula. Por que não votam essa imoralidade? Porque há interesses escondidos que impedem. E, se não for a opinião pública a cobrar isso do Congresso, o Congresso não tem uma energia endógena. O Congresso e as instituições neste País se movem quando a sociedade os move, quando a sociedade empurra essas instituições para algum lugar.

A Câmara dos Deputados — eu acho que o Deputado Luiz Couto concorda comigo —, nesses últimos 2 a 3 meses de junho, quando o povo, a juventude foi às ruas clamar por mudanças, nesses tempos de lá para cá, eu acho que nós já produzimos mais do que nos 2 anos há que estamos nesta Legislatura. Quem operou o milagre? A opinião pública, a sociedade, a imprensa livre. A cobrança das ruas é que está empurrando essas instituições para uma direção ou outra.

Se é possível dizer alguma coisa que estimule para um caminho fértil, era o que eu tinha a dizer no sentido de nós acreditarmos que estamos fazendo história



remando contra a maré. Mas é uma causa absolutamente instigante para se continuar remando contra a maré no sentido de proteger o direito daqueles que estão desprotegidos, menos pelo que está consagrado no ordenamento jurídico e mais pelo que isso não foi traduzido enquanto prática social, por conta dessas fragilidades.

Portanto, queria imensamente agradecer a presença de todos os nossos convidados, dos que vieram aqui e tiveram oportunidade de participar desta audiência pública, dizendo que nós estaremos cumprindo a nossa agenda com esta audiência com o Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, com o Corregedor e Coordenador da CEJA e também com a Procuradora do Ministério Público do Estado do Paraná, que não sei se vai poder nos atender porque houve um problema de agenda; se não for possível hoje, nós receberemos a Procuradora em Brasília, para prestar os esclarecimentos que ainda são insuficientes, a nosso ver, e que precisam ser concluídos para a conclusão dos trabalhos da CPI.

Bom dia a todos. Muito obrigado pela atenção e pela presença. *(Palmas.)*